



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2015/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de Resolução que *“Aprova a indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.*

1. Histórico

1.1. A Secretaria Executiva do CNRH recebeu, no dia 28 de julho de 2015, Ofício nº 009/2015 CBH-VERDE GRANDE, de 15 de julho de 2015, encaminhando a Deliberação CBH-VERDE GRANDE nº 54, de 15 de julho de 2015, que *“que indica a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”*, e solicita que sejam tomadas as devidas providências.

1.2 Em 31 de julho de 2015, foi enviado pela Secretaria Executiva do CNRH o Ofício nº 08/2015/CNRH/SRHU/MMA, solicitando a elaboração de Nota Técnica pela Agência Nacional de Águas, conforme o inciso VI, art. 4º, da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, que atribui competência à ANA para *“elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica”*.

1.3. A Nota Técnica nº 06/2015/CSCOB/SAS, de 16 de setembro de 2015, foi encaminhada ao CNRH por meio do Ofício nº 328/2015/AA-ANA, de 18 de setembro de 2015, e analisada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.

1.4. Durante a 90ª reunião da CTCOB, parte dos membros entendeu que a Nota Técnica da ANA não demonstrava qual a estrutura proposta para a Agência Delegatária, seus custos e a viabilidade financeira prevista no Inciso II, art. 43 da Lei 9.433/97, advinda da previsão de arrecadação através da cobrança condominial pelo uso da água na referida bacia, bem como a ausência de representantes do CBH-VERDE GRANDE e da Agência AGB-PEIXE VIVO prejudicaram o processo de decisão.

1.5. Após os debates, deu-se a seguinte votação entre dois encaminhamentos:

I- Aprovação da Deliberação nº 54 do CBH-VERDE GRANDE, constando no Parecer Técnico o compromisso institucional da ANA de aporte de recursos adicionais nos moldes feitos atualmente nos demais contratos de gestão;

II- Retomar este assunto na próxima reunião, com maiores subsídios para a tomada de decisão.

1.6. Foi decidido pela maioria a proposta de encaminhamento I, na seguinte proporção: 7 votos pelo encaminhamento I e 5 votos pelo encaminhamento II, e uma abstenção, sendo a matéria aprovada e encaminhada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

1.7. A matéria retornou a essa Câmara para ser apreciada, na 91ª reunião, tendo em vista o entendimento da Secretaria Executiva do CNRH que a Nota Técnica da ANA nº 06/2015/CSCOB/SAS apresentada para subsidiar a aprovação da referida Deliberação, não demonstrou qual a estrutura proposta para a Agência Delegatária, seus custos e a sustentabilidade financeira prevista no Inciso II, art. 43 da Lei 9.433/97, advinda da arrecadação pela cobrança pelo uso da água na referida bacia. A Secretaria Executiva do CNRH entendeu que a falta destas informações prejudicou o processo de decisão durante a 90ª Reunião da Câmara Técnica. De modo a suprir essa deficiência, a Secretaria Executiva do CNRH transmitiu à ANA a necessidade de maiores informações acerca do cumprimento do Inciso II do art. 43 da Lei 9.433/97, as quais comprovem a viabilidade financeira da AGB - Peixe Vivo.

1.8. Em atendimento, a ANA encaminhou a NT nº 9/2015/CSCOB/SAS, de 13 de novembro de 2015, a qual anexava: Ofício n. 21/2015/CBH-VERDE GRANDE de 28 de outubro de 2015, comunicando à AGB Peixe Vivo a ratificação na 24ª reunião plenário do CBH Verde Grande, ocorrida em 15 de outubro de 2015, a deliberação n. 54; Ofício AGBPV n. 197/2015 de 11 de novembro de 2015, comunicando ao CBH Verde Grande que seu Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 10 de novembro de 2015, deliberou favoravelmente à solicitação do CBH de vir a desempenhar funções de agência.

2. Análise

2.1. A matéria foi analisada, durante a 91ª reunião da CTCOB, considerando os novos documentos apresentados, e após o debate, a matéria foi aprovada com duas abstenções: setor da indústria e ONG.

2.2. Diante da ausência de citação do prazo da delegação na Deliberação CBH-VERDE GRANDE nº 54, de 15 de julho de 2015, os membros da câmara debateram e votaram duas propostas de encaminhamento:

- I. Adotar o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2021, de delegação definido para a AGB Peixe Vivo, como entidade delegatária de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio São Francisco, tendo em vista ser a mesma entidade para ambas.
- II. Encaminhar ofício ao CBH Verde Grande solicitando indicação de prazo para delegação, o qual será posteriormente incorporado à minuta de

resolução quando da apreciação pela CTIL.

23. Foi decidido pela maioria a proposta de encaminhamento II, na seguinte proporção: 5 votos pelo encaminhamento I e 7 votos pelo encaminhamento II, e uma abstenção, sendo a matéria aprovada e encaminhada para análise da CTIL.

3. Conclusão

3.1. Ao final da análise, a CTCOB reiterou a aprovação de mérito, conforme minuta anexa de Resolução, encaminhada para análise da CTIL.

3.2. A CTCOB decidiu que a Secretaria Executiva encaminhará Ofício ao CBH Verde Grande, solicitando indicação formal do prazo estipulado da delegação à AGB Peixe Vivo.

3.3. Desta forma, a Câmara recomenda sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer.

Em, 24 de novembro de 2015.



EDUARDO S. RIBEIRO DANTAS
Presidente da CTCOB